



O Cruesp e nossos salários

Não somos nós que adoramos esta história, esta história é que adora uma repetição...

No quarto dia de novembro de 2002 os reitores sentam-se à mesa de negociação dizendo desconhecer a arrecadação do ICMS do Estado de São Paulo no mês de outubro. A planilha de comprometimento salarial, que a esta altura do mês sempre está pronta, também não aparece. Protestos à parte, o Fórum das Seis retruca que o valor já estava disponível até no site do Sinafresp — são R\$ 2,91 bilhões. Ah, mas a informação oficial, creiam, ainda não foi transmitida pelo governo...

Crescimento de arrecadação, ao invés de ser comemorado, virou um incômodo na mesa de negociação. O ICMS de setembro cresceu 8,2% em relação a agosto e a “desconhecida” arrecadação de outubro cresceu 23,3% em relação a setembro. Tem razão o Cruesp em alegar que parte deste desempenho deveu-se ao Programa de Anistia Fiscal. Mas sem qualquer um dos sonhos róseos que alimentam hoje a esperança do próximo ano para milhões de brasileiros, e com os pés apenas nesta arrecadação adicional, já seria possível corrigir a inflação que corroeu os salários de abril até outubro deste ano (veja o quadro na página 2).

Um reajuste de 4% significaria mais R\$ 167 no salário de um doutor, acumulando R\$ 1.002 até a data-base em maio de 2003. Isso é distante de nossa reivindicação (8% mais a inflação), mas já aliviaria a pressão inflacionária do momento. A tentativa de esconder informações na

mesa de negociações reedita a velha pratica de buscar gerar caixa para outras despesas das Universidades, quando há recursos para reposição de perdas salariais.

Mas não são apenas as velhas práticas salariais que começam a ser reeditadas pelos novos reitores. A disposição de diálogo demonstrada nas negociações de início de mandato começa a virar conversa informal. Mantém-se as restrições à participação dos estudantes nas reuniões. Não há iniciativa por pressionar o combate governamental à sonegação fiscal (estimada em 50% e que permitiria dobrar o valor arrecadado e, portanto, da parcela destinada às universidades).

Blablablá

As discussões sobre contratações não avançam — com a desculpa da autonomia entre universidades, o Cruesp não discute políticas comuns e faz, em suas próprias palavras, apenas “a somatória das políticas de cada universidade”. A questão da expansão de vagas, alegam, está sendo discutida com outros setores do governo, compreendendo

a universidade pública estadual e federal, além do ensino privado (!!!). Argüidos sobre a divulgação dos projetos para a comunidade, vêm respostas vagas: “sim, as comunidades serão ouvidas” ... “é necessária a discussão” etc.

Quanto à defasagem de 70% nos reajustes salariais do Centro Paulo Souza, o professor José Carlos Trindade, presidente do Cruesp, apresenta com ênfase a resposta da Secretaria de C & T, com o parecer da Procuradoria Geral do Estado sobre a inaplicabilidade das resoluções salariais do Cruesp em relação às instituições isoladas de ensino superior. Aparentemente os Reitores não tinha conhecimento do teor do documento. Ele referia-se à Famena, à Famerp, e à Faenquil, que não são autarquias especiais como o Ceeteps e, explicitamente, o documento se eximia de analisar a questão do Ceeteps, uma vez que a documentação a respeito não foi encaminhada ao procurador que elaborou o parecer.

Cobramos que não nos sejam encaminhados documentos sem a devida análise — e o Cruesp, perplexo, diz que pode

pedir mais explicações à Secretaria. Cobramos com ênfase que queremos os resultados da comissão criada no âmbito da Secretaria de C&T para analisar todas as instituições mencionadas no parecer da Procuradoria, pois nesse caso sim, o Cruesp tem responsabilidade direta, pois os Reitores compõem a Comissão. Novamente evasivas: “foram criadas sub-comissões, ainda não temos conhecimento do andamento dos trabalhos”, “sim, é preciso se discutir com as universidades e com o Fórum antes de divulgar qualquer coisa” etc.

Colega, novamente é a sua presença conosco nas negociações que pode mudar estas velhas práticas de negociações arrastadas, discussões dissimuladas e omissão de informações. O Fórum das Seis indicou a realização de assembleias de todas as entidades para discutir estas questões. A nossa será nesta quarta-feira, 13/11. A sua presença certamente poderá ajudar a estimular as Reitorias a, por exemplo, refletirem melhor sobre a destinação dos recursos adicionais que estão vindo da arrecadação do ICMS.

COMPAREÇA!

Assembléia geral da Adusp

13/11 (quarta-feira), 17 horas, Auditório da História

Pauta:

- Campanha salarial
- Fim da flexibilização do RDIDP
- Extinção da CERT
- Campanha de filiação

O que dizem os Reitores e o que respondem os números

Reitores:

“O reajuste de 8% em maio considerava a realização da previsão de arrecadação e isto está ocorrendo”

Os números:

A previsão era de uma arrecadação de R\$ 26,22 bilhões (cota-parte do Estado), mas, a partir do recolhimento dos impostos em atraso em setembro e outubro, ela deve fechar o ano em R\$ 26,70 bilhões. O recurso adicional destinado às Universidades deve ficar em cerca de R\$ 45,9 milhões, o que, pela atual folha de pagamento, possibilitaria 4% de reajuste por 6 meses. Ou seja, suficiente para corrigir a inflação de abril/02 a outubro/02 até a data base, em maio/03.

Reitores:

“Não se configura ainda uma recuperação da arrecadação e o cenário para 2003 é incerto”

Os números:

A arrecadação tem crescido consistentemente nos últimos meses. O programa de anistia fiscal não faz apenas recolhimento pontual. Ele repercute nos meses seguintes, porque o contribuinte que coloca as contas em dia procura passar a recolher regularmente, pois sabe que novo projeto de isenção pode levar anos para ocorrer (o último havia sido o Refis em 2000). Além disso não há razão para as Reitorias pintarem cenários nebulosos, quando o governo do Estado já estima a arrecadação do próximo ano em R\$ 29,58 bilhões (cota-parte), ou seja, 12,8% de crescimento da arrecadação nominal em relação ao orçamento deste ano. Por que não antecipar já parte deste reajuste para os salários, uma vez que o próximo ano começa daqui a menos de dois meses?

Adusp realiza em 18/11 reunião sobre período experimental excessivo

Como já relatado nas edições anteriores do Informativo Adusp, a universidade tem mantido alguns docentes em período experimental nos regimes RTC e RDIDP por um período superior a oito anos. Conforme o Regimento Geral da USP, este período é de seis anos, podendo ser renovável por mais dois.

A Adusp convida os colegas que se encontram nessa situação para uma reunião a ser realizada na segunda-feira, 18/11, às 13 horas, na sede da entidade, para tratarmos dessa questão.

Há vários casos de docentes que foram “desligados” e “reliçados” ao RDIDP, muitas vezes, na mesma data, iniciando-se assim um novo período de experimentação. Esta prática se configura não somente ilegítima, como também anti-acadêmica e anti-regimental.

As sucessivas administrações da USP têm promovido inúmeras arbitrariedades, muitas vezes inconstitucionais, como é o caso dos contratos precários. Manter um docente por mais de oito anos em experimentação é não cumprir sequer a legislação interna da USP!

EDITAL de Convocação para Eleição do CR da ADUSP Seção Sindical – 2002

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições, ficam convocados os sócios da ADUSP Seção Sindical para eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nas dependências do Campus da USP de Ribeirão Preto, nas Unidades abaixo relacionadas:

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

13/novembro/2002, das 9 às 16 horas;

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto,

13/novembro/2002 das 9 às 17 horas

Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

14/novembro/2002, das 9 às 17 horas

Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto

14/novembro/2002, das 9 às 17 horas

As inscrições dos candidatos deverão ser efetuadas na Sede da ADUSP Regional Ribeirão Preto sito à Av. Bandeirantes, 3.900, Campus da USP, até às 17 horas do dia 8 de novembro de 2002.

Ribeirão Preto, 29 de outubro de 2002.

Prof. Dr. Luiz Jorge Pedrão
Diretoria da ADUSP Seção Sindical.

45º Conad reafirma defesa da educação pública e gratuita, e posição histórica de independência

De 1º/11 a 3/11 foi realizado, na cidade de Belém, o 45º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad), com a presença assídua de 49 delegados (um por seção sindical) e 90 observadores (sem direito a voto). Pela Adusp estiveram presentes, por indicação da Assembléia Geral do dia 23/10/02, a professora Líghia B. Horodynski Matsushigue e o professor César Minto.

Foi reafirmada a defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, e de sua universalização em todos os níveis. Em particular, para a universidade, a atenção permanece sobre a sua autonomia, indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão, condições dignas de trabalho e de estudo, e sobre a ampliação de vagas, com qualidade. Foi, também, salientada a importância de lutar por uma política inte-

grada de seguridade social pública e universal.

É reconhecido que tanto a conjuntura internacional, quanto a nacional, têm influência sobre a possibilidade do encaminhamento efetivo das tarefas. A análise aponta para a necessidade de serem fortalecidas posições que favoreçam a justiça social, em contraposição à submissão cega ao assim chamado mercado.

Neste sentido, propôs-se aprofundar a discussão sobre a mercantilização da educação, conforme proposta em análise na Organização Mundial do Comércio (OMC) e sobre a relação entre a proposta da Alca, a educação pública e a universidade pública. Ficou decidido, também, empreender esforços para a realização de um plebiscito oficial sobre a Alca.

Finalmente, foi posição unânime que o Andes-Sindicato Nacional deve manter a sua histórica posição de independência e combatividade.



Fotos: Ricardo Borges



DCE tem nova diretoria

No dia 26/10 tomou posse no Diretório Central dos Estudantes-DCE Livre "Alexandre Vannucchi Leme" a chapa vitoriosa "Borandá", que nas eleições realizadas nos dias 23 e 24/10 obteve 2.598 votos, mais da metade do número total de votantes (4347).

A distribuição do restante dos votos foi a seguinte: 1.250 para a chapa "Oposicione-se", 205 para a "Dynamai" e 74 para a "Aliança da Juventude Revolucionária". O total de votos em branco e nulos foi de 220.

A chapa vencedora também conseguiu eleger cinco representantes discentes.

Dos outros três representantes discentes eleitos, dois são da "Oposicione-se" e um da "Dynamai". A chapa "Aliança da Juventude Revolucionária" não conseguiu número de votos suficiente para eleger representante, assim como a "Movimento Popular", que concorreu apenas à representação discente.

A cerimônia de posse da "Borandá" aconteceu durante o Conselho dos Centros Acadêmicos. A direção anterior apresentou um relatório sobre sua gestão e listou uma série de pendências a serem assumidas pela atual.

Uma das preocupações

da chapa recém-empossada é a onda de violência que tem assolado a USP. Segundo a diretora Ana Carolina Feldenheimer, foram registrados recentemente cinco estupros na área: dois dentro do campus e três próximos à ponte da estação de trem Cidade Universitária. Representando o DCE, Ana Carolina visitou em Pinheiros as delegacias responsáveis pelas ocorrências no campus e disse que o Diretório fará o possível para colaborar com a solução dos casos.

A primeira iniciativa da nova direção do DCE foi um ato contra a Alca, ocorrido no dia 31/10.

Eleições na APG

Nos dias 12/11 e 13/11 serão realizadas eleições para a direção da Associação de Pós-Graduandos (APG) e para a Representação Discente da Pós-Graduação.

Todos os pós-graduandos matriculados na USP poderão votar para a representação discente. Para a direção da APG, porém, são eleitores somente os pós-graduandos matriculados nos campi da Capital.

O relatório e o resultado da apuração serão apresentados no dia 19/11, em assembléia que será realizada às 17 horas na sede da APG.

Docente “precário” da FMRP ameaçado de perder a vaga após 15 anos na USP

O professor João Kazuyuki Kajiwara, contratado pela USP em 1988, e mantido em regime precário na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto até hoje, sofre a ameaça de não ter seu contrato renovado em fevereiro de 2003.

Inicialmente contratado como MS-1, o professor Kajiwara obteve o doutorado em 1995. Desde então, prestou dois concursos na tentativa de regularizar sua situação. No primeiro deles, em 2000, chamado concurso “sem risco”, no qual o docente precário não perde seu contrato em caso de reprovação, o professor Kajiwara perdeu a vaga em disputa para um candidato

oriundo dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH), ligados ao governo norte-americano.

No ano seguinte, o professor prestou um novo concurso, no qual foi aprovado em segundo lugar para uma vaga de professor doutor do Departamento de Biologia Celular e Molecular e Bioagentes Patogênicos.

A primeira colocada, portanto classificada para a vaga, foi a doutora norte-americana Constance Oliver, também dos NIH, que 12 meses após o concurso ainda não havia sido nomeada, apesar de o edital ter informado que a vaga para professor doutor deveria ser ocupada imediatamente.

Baseado nesta contradição, o professor impetrou, na Jus-

tiça Estadual, mandado de segurança contra a USP.

“Com essa atitude a USP infringiu o princípio da moralidade e da legalidade expressados pelo artigo 37 da Constituição Federal”, afirma a petição. “É de se concluir que houve uma quebra de confiança, pois os candidatos do concurso empenharam todas as suas forças acreditando no edital, que prometia a vaga imediatamente para o primeiro colocado”.

Notificação

Uma vez que não foi o selecionado para a vaga, o professor Kajiwara foi notificado de que seu contrato não seria renovado em fevereiro de 2003.

O mandado de segurança

impetrado pelo professor pede uma liminar, que garantiria a permanência do professor Kajiwara no quadro docente da USP até que o processo seja encerrado.

Congregação

Os representantes das categorias na Congregação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto deveriam apresentar, na reunião desse órgão que se realizaria em 8/11, pedido para que seja incluída na pauta da reunião seguinte uma discussão sobre a situação em que se encontra o professor Kajiwara, provocada pela precariedade de seu contrato.

Fortaleça sua entidade Filie-se à Adusp!

Surgida em 1976, como sucessora legítima da Associação de Auxiliares de Ensino (fundada em 1956), a Adusp firmou-se ao longo da sua existência como a entidade representativa dos docentes da USP, capaz de encaminhar as reivindicações específicas da categoria e de engajar-se nas diversas frentes da luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

A atuação decidida da Adusp tem sido fundamental na permanente batalha dos docentes pela manutenção do poder aquisitivo dos salários da categoria, como se viu na vitoriosa greve de 2000 e em diversos outros momentos. Também em questões específicas, como a aflitiva situação dos precários, a reposição de quadros docentes e a resistência às arbitrariedades da

CERT, a Adusp vem marcando presença.

Além disso, a entidade, que é filiada ao Andes-Sindicato Nacional, tem participado diretamente de inúmeros debates de amplo interesse, como a luta pela expansão do ensino público superior, a Constituição Estadual de 1989, a dotação de 1% para a Fapesp, a LDB, o Plano Nacional de Educação, a reforma dos Estatutos da USP, a autonomia financeira das estaduais paulistas, o questionamento da atuação das fundações privadas “de apoio” e da desvirtuação representada pelos cursos pagos.

Não fique de fora dessa história de lutas. Filie-se à Adusp!

Informações:
secretaria@adusp.org.br

Promotoria investiga cursos pagos na USP

O Ministério Público Estadual vai investigar a existência de cursos pagos na USP. Não é, porém, a Promotoria de Fundações a encarregada do caso, como se poderia pensar. A denúncia contra os cursos pagos foi encaminhada pelo professor Márcio Augelli, da Unesp, que entrou com representação no MPE em outubro. A notícia foi publicada com destaque pelo jornal *Diário de S. Paulo* na edição de 31/10.

Também em outubro, uma edição especial da *Revista Adusp* revelou a existência de centenas de cursos pagos na USP, no âmbito da extensão e da pós-graduação.

O jornal *O Estado de S. Paulo* repercutiu a reportagem e divulgou declaração da pró-reitora de Pós-Graduação, professora Suely Vilela, segundo a qual 75% dos 112

programas *lato sensu* oferecidos na USP são pagos.

A investigação levada a cabo pela Promotoria da Cidadania não é, ainda, um inquérito. Trata-se do chamado “procedimento”, a partir do qual os promotores poderão ou não instaurar inquérito.

No dia 27/11 será realizado, pelo Conselho de Pós-Graduação (CoPGr), um *workshop* para debater os cursos pagos. Ele terá início com a exposição dos responsáveis por alguns dos cursos de especialização.

A seguir, deverão falar a coordenadora da comissão para estudo dos cursos de especialização, professora Zélia Alves, da FFCL-RP, e o pró-reitor de Cultura e Extensão, Adilson Avansi. A manifestação das entidades representativas virá em seguida. Finalmente, será aberto o debate.